

O “AGRO” É DESEMPREGO E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO NO EDR DE ARAÇATUBA-SP!¹

THE "AGRO" IS UNEMPLOYMENT AND INTENSIFICATION OF THE WORK IN THE EDR OF ARAÇATUBA-SP!

EL "AGRO" ES DESEMPLEO Y INTENSIFICACIÓN DEL TRABAJO EN EL EDR DE ARAÇATUBA-SP!

Messias Alessandro Cardoso²
messias_cardoso20@hotmail.com

RESUMO: Neste artigo, procuramos revelar a face oculta do agrohídronegócio canavieiro sob o recorte analítico do EDR³ de Araçatuba, localizado na região noroeste do estado de São Paulo, enfatizando, o momento atual de reestruturação produtiva, técnica e do trabalho no setor, que vem impondo o flagelo do desemprego a milhares de trabalhadores com a mecanização do corte de cana-de-açúcar e, subjugando aos que permanecem empregados a exorbitante intensificação do trabalho. Nossas discussões estão atreladas a Geografia do trabalho possibilitada pelo viés da pesquisa quantitativa, através do entendimento do mundo trabalho a partir da perspectiva dos trabalhadores.

Palavras-chave: agrohídronegócio canavieiro, desemprego, intensificação do trabalho.

ABSTRACT: In this paper, we aim to reveal the hidden face of sugarcane agrohydrobusiness under the analytical view of the EDR of Araçatuba, located in the northwest of São Paulo state, emphasizing the current moment of workforce, technical and productive restructuring in this sector, which has been imposing the unemployment plague to millions of workers due to the mechanization of sugarcane cutting and subjugating the ones remaining employed to excessive intensification of work. Our discussions are linked to the Geography of work made possible by the bias of quantitative-qualitative research, through the understanding the world of work from the perspective of the workers.

Key Words: sugarcane agrohydrobusiness; unemployment; intensification of work.

RESUMEN: En este artículo, buscamos revelar la cara oculta del *agrohidronegocio* de caña de azúcar bajo el recorte analítico del EDR de Araçatuba, ubicado en la región noroeste del estado de São Paulo, enfatizando, el momento actual de reestructuración productiva, técnica y del trabajo en el sector, que viene imponiendo el flagelo del desempleo a miles de trabajadores con la mecanización del corte de caña de azúcar y subyugando a los que permanecen empleados la exorbitante intensificación del trabajo. Nuestras discusiones están vinculadas a la Geografía del trabajo que se hace posible por el sesgo de la investigación cuantitativa y cualitativa, a través de la comprensión del mundo del trabajo desde la perspectiva de los trabajadores.

¹ Este texto está vinculado às discussões do Projeto Temático FAPESP n° 2012/23959-9, intitulado: MAPEAMENTO E ANÁLISE DO TERRITÓRIO DO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA-SÃO PAULO-BRASIL: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental.

² Doutorando em Geografia pela FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente (SP). Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS) e Bolsista CAPES.

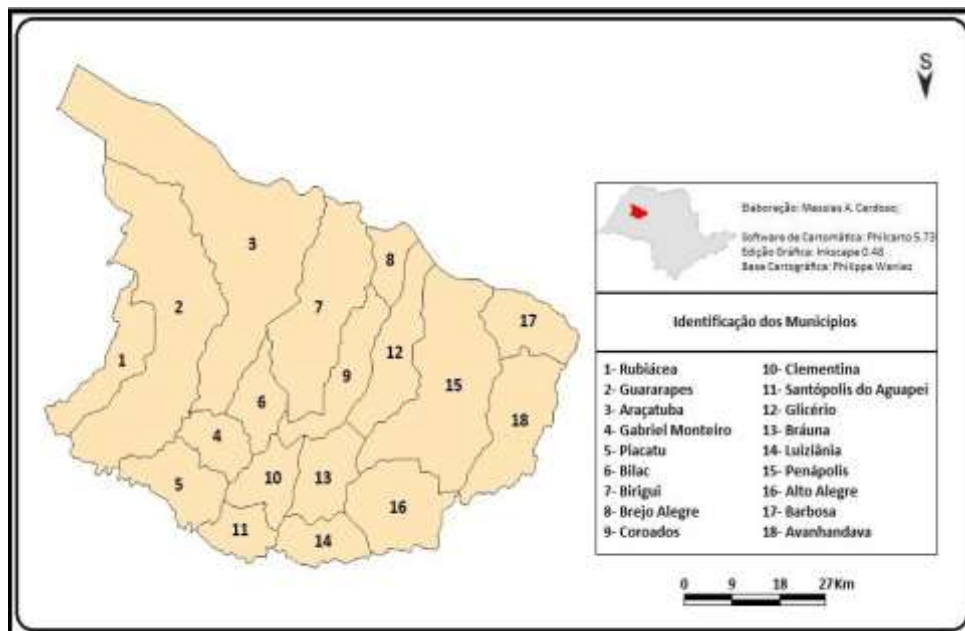
³ O recorte territorial de estudo é composto pelos municípios integrantes do Escritório de Desenvolvimento Rural de Araçatuba (SP). EDR de Araçatuba: Alto Alegre, Araçatuba, Avandava, Barbosa, Bilac, Birigui, Braúna, Brejo Alegre, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Glicério, Guararapes, Luiziânia, Penápolis, Piacatu, Rubiácea e Santópolis do Aguapeí.

Palabras claves: *agrohidronegocio* de caña de açúcar; desemprego; intensificación del trabajo.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, procuramos debater as contradições que envolvem o agrohidronegocio canavieiro e demonstrar que ao contrário de seu discurso falacioso suas ações concretas não têm trazido benefícios para os sujeitos do trabalho, longe do slogan midiático global do “agro é tech, agro é pop, agro é tudo” na verdade o agrohidronegocio canavieiro, tem sido sinônimo de desemprego e intensificação do trabalho para a classe trabalhadora no EDR de Araçatuba-SP, localizado na região noroeste do estado de São Paulo (Mapa 1). As reflexões propostas estão vinculadas a um amplo conjunto de referenciais a respeito da Geografia do trabalho, no âmbito do Grupo de Pesquisa "Centro de Estudos de Geografia do Trabalho" (CEGeT), e do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (Coletivo CETAS de Pesquisadores), ambos sob a coordenação do professor Antonio Thomaz Júnior. Os vínculos teórico-metodológicos, por sua vez, estão vinculados ao Projeto Temático/FAPESP: “Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegocio Canavieiro no Pontal do Paranapanema- São Paulo- Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental”⁴.

Mapa 1- Estado de São Paulo- Localização do EDR de Araçatuba- SP



Fonte: CATI, 2015.

Elaboração: Cardoso, 2017.

⁴ Sob a coordenação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior, processo FAPESP: 2012/23959-9.

As informações que fundamentam essa reflexão estão ancoradas teórico-metodologicamente na Geografia do trabalho, no seu modo de olhar sob a perspectiva dos trabalhadores as contradições que emanam da espaço-temporalidade sob a lógica do capital, para isso, buscamos a metodologia da pesquisa quanti-qualitativa, nos servindo de dados estatísticos de fontes primárias e secundárias sobre a temática canavieira, além do que nos debruçamos sobre a análise das narrativas de trabalhadores entrevistados vinculados ao agrohidronegócio canavieiro.

A compreensão da essência do agrohidronegócio canavieiro está além do que aquilo que nossos sentidos ou as aparências nos mostram, por meio da paisagem verdejante dos canaviais, o “agro” está longe de ser portador do desenvolvimento territorial, na verdade, a agricultura capitalista ou agrohidronegócio não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica fundante: a apropriação destrutiva da terra, da água, a exploração e subordinação do trabalho. Todavia, o agrohidronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Como assevera Fernandes (2008), este discurso foi construído para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. Trata-se na verdade, de uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente do modelo monocultor, exportador e químico-dependente para dar relevância somente ao caráter produtivista, econômico, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias, sem revelar as benesses e as facilidades creditícias, especialmente direcionadas para o setor agroindustrial canavieiro.

Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação do trabalho está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e os ataques ao campesinato aumentam, milhares de homens e mulheres são forçados a se deslocarem pelo espaço, em busca de sobrevivência porque são expropriados, expulsos, ameaçados, perseguidos pelos grileiros, capitalistas. Nestes termos, é possível dizer que enquanto o latifúndio efetua a exclusão e se mantém improdutivo, o agrohidronegócio promove a exclusão pela nociva “produtividade destrutiva”. Para Thomaz Júnior (2017) o interesse do capital no campo não se limita somente a apropriação da terra, mas também e simultaneamente da água, dos recursos hídricos, das redes de drenagem. Nesse sentido, preferimos adotar a denominação de agrohidronegócio, por evidenciar que o território sobre a égide do agrohidronegócio tendência a monofuncionalidade do uso da terra, água e das infraestruturas instaladas exclusivamente para reprodução ampliada do capital, negando a possibilidade de uso plural do território. Ou como nos indica Mészáros (2002), com precisão

cirúrgica, a principal identidade do sociometabolismo do capital é o desenvolvimento destrutivo das forças produtivas capitalistas.

Sendo assim, podemos afirmar que o discurso oficial do capital constrói uma tessitura de sensação de modernidade e riqueza, como se estas fossem partilhadas igualmente por todos, distribuídas de maneira homogênea e equânime, e geradoras de bem-estar coletivo. Nesta acepção, o agrohidronegócio é tido como a única forma de desenvolvimento da agricultura, sendo que todas as outras seriam resquícios do atraso, formas arcaicas em via de desaparecimento. Isto é, somente o agrohidronegócio levaria ao “desenvolvimento” social e o progresso estaria garantido para todos. Nestes termos percebe-se uma íntima relação discursiva entre agrohidronegócio e desenvolvimento.

A ideologização da baixa produtividade das terras, ou da “impotencialidade” econômica dos camponeses/produtores e trabalhadores da terra em continuar produzindo alimentos (endividamento, dificuldade de acesso ao crédito, somado às políticas agrícolas desfavoráveis a estes), dá suporte ao projeto expansionista do capital agroindustrial canavieiro e altera as relações sociais de produção e de trabalho no campo, revelando, pois, as novas faces da contradição inerente ao sistema metabólico do capital, personificado no agronegócio canavieiro, que se diz portador de progresso e de desenvolvimento, corroborando assim, a hipótese de que está se constituindo uma (re)configuração geográfica nos territórios onde tal projeto se materializa (OLIVEIRA, 2009, p. 337).

Assim, o agrohidronegócio canavieiro, no cenário econômico brasileiro atual, tenta se impor como papel de protagonista do “desenvolvimento”, cabendo então algumas indagações: O que seria desenvolvimento? De qual desenvolvimento está-se falando? Para quem? Procurarei desenvolver este raciocínio, mas a resposta me parece lógica, pois trata-se, na verdade, de um desenvolvimento que se consubstancia por dentro dos pressupostos da formação socioespacial capitalista, trata-se de um *desenvolvimento para o capital*.

Podemos afirmar que o discurso do desenvolvimento se consolidou, especialmente a partir da segunda metade do século XX, pautado no construto ideológico, de que a modernização supera relações e formas de produção atrasadas; que a industrialização e a tecnologia conduzem à modernização; e que a materialização desse desenvolvimento garante o progresso no âmbito social, cultural e político. Este suposto “desenvolvimento”, trata-se na verdade da lógica contraditória do capital, que em seu processo de produção e reprodução, manifesta no território a sua essência desigual e combinada. (OLIVEIRA, 2001).

Em outras palavras, depreende-se que o desenvolvimento, ao contrário do que se propõe é também contraditório e, ao se materializar no espaço geográfico revela as desigualdades geradas na contradição. Nesse sentido Montenegro Gómez (2006), destaca que o desenvolvimento promovido na sociedade capitalista “pretende” a redução das

desigualdades, através de um sistema que se fundamenta na concorrência entre desiguais. No mínimo, um contrassenso, senão uma cruel impostura.

Como queremos demonstrar, o agrohidronegócio canavieiro está encimado no discurso do desenvolvimento, da geração de emprego e renda para os trabalhadores, entretanto seus desdobramentos concretos não atentam para melhoria de vida das populações mais pobres, e nem de longe este é seu objetivo, portanto ao invés de ser a “salvação da lavoura” brasileira, este modelo de produção destrutiva, organizada sob os ditames do sistema do capital, encontra-se completamente tolhido em sentido para os trabalhadores.

Trata-se, pois, de um desenvolvimento do capital e para o capital, que se pauta no desmantelamento das comunidades e territórios que interessa ao projeto expansionista do capital com vistas a sua valorização, tirando-lhes as condições que lhes são próprias e que foram construídas historicamente, e impondo ações e atitudes que não combinam com as formas anteriores de organização social e de produção. (OLIVEIRA, 2009, p. 344-45).

Ou seja, a ideia de desenvolvimento, no interior da sociedade produtora de mercadorias em que vivemos, nos remete à subordinação estrutural do trabalho ao capital, portanto, os adjetivos como, avançado, humano, solidário ou sustentável, associados ao desenvolvimento local, são tentativas de harmonizar a lógica destrutiva do capital em relação ao gênero humano. Uma tentativa fadada ao fracasso. Como nos indica Mészáros (2011), é extremamente problemático falar sobre “capitalismo avançado” – quando o sistema do capital como modo de reprodução sociometabólica, encontra-se em sua fase declinante de desenvolvimento histórico e, portanto, é apenas capitalisticamente avançado, mas não em nenhum outro sentido, sendo, então, capaz de sustentar-se apenas de um modo ainda mais destrutivo e, portanto, em última análise, autodestrutivo. Cabe então a indagação: que “capitalismo avançado” é esse que nega os direitos e necessidades elementares básicas para a maioria da população? Que destrói o meio ambiente para desenvolver-se? Que desterra os trabalhadores, os povos originários e as comunidades tradicionais para expandir-se sobre os territórios cobiçados para a consolidação do modelo agroexportador de *commodities*, para a rapina de matérias-primas minerais etc.?

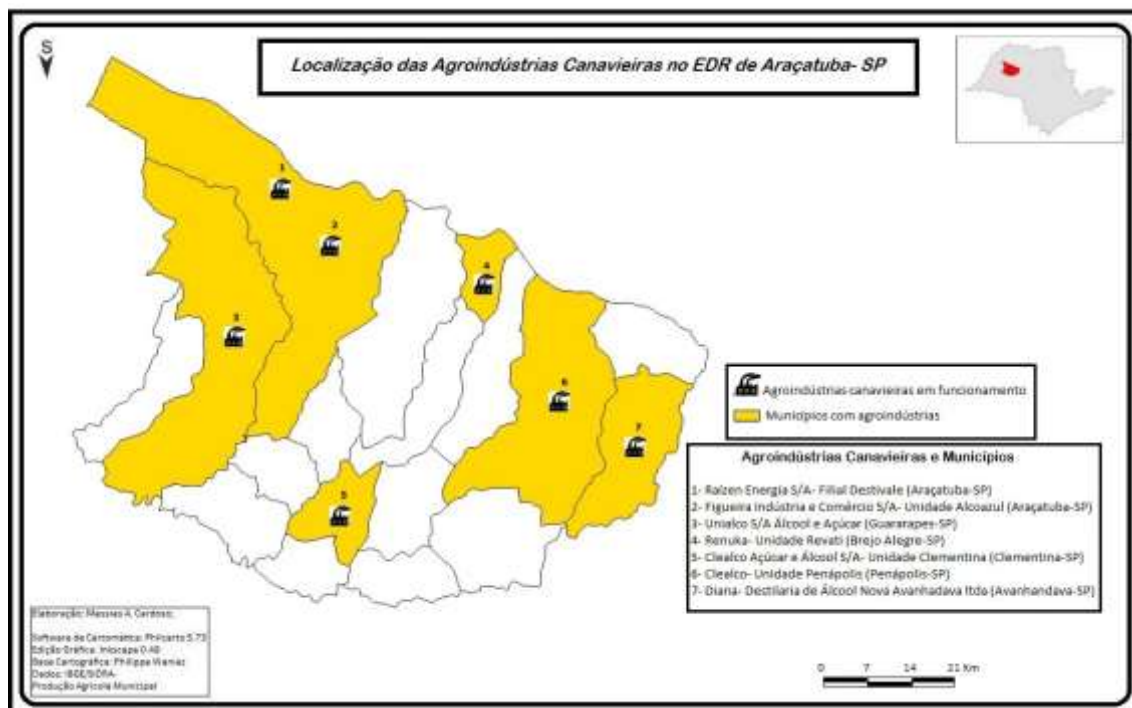
Amparado no discurso da produção de agroenergia, o agrohidronegócio canavieiro se coloca no mercado como uma fonte de “energia limpa e renovável”. A questão desperta o interesse dos países centrais na produção de álcool e outras agroenergias e, conseqüentemente, estimula interesses dos produtores de *commodities*. Nesse cenário, o Brasil desponta no centro dos interesses internacionais, tanto pela quantidade de terras

agricultáveis, recursos hídricos disponíveis, como pelas tecnologias de produção. No bojo da competitividade, o agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba-SP vem promovendo na última década uma profunda reestruturação produtiva, técnica e do trabalho, pautada via de regra, na mecanização do corte de cana-de-açúcar, enxugamento da força de trabalho, aumento da produtividade agrícola e fundamentalmente superexplorando e intensificando o trabalho dos diferentes sujeitos de seu circuito produtivo, como demonstraremos na sequência.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, TÉCNICA E DO TRABALHO NO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO- EDR DE ARAÇATUBA-SP

Nesta última década, o agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba-SP, vem passando por uma nova fase de reestruturação produtiva, técnica, gerencial e do trabalho, que embora tem garantido impressionante crescimento da produtividade tem trazido consequências desastrosas e degradantes para o mundo do trabalho. Atualmente, 7 empresas canaveiras estão em atividade (Mapa 2).

Mapa 2- Localização das Agroindústrias Canaveiras no EDR de Araçatuba- SP



Fonte: UDOP, 2016. Elaboração: Cardoso, 2016.

No EDR de Araçatuba-SP, temos a atuação das seguintes empresas canavieiras e seus respectivos municípios: em Araçatuba (SP), há 2 empresas canavieiras, a Raízen Energia S/A - Filial Destivale, e a Figueira Indústria e Comércio S/A, Unidade Alcoazul. Em Guararapes (SP), encontra-se em atuação a Unialco S/A Álcool e Açúcar; no município de Brejo Alegre (SP) está localizada a Renuka, Unidade Revati; em Avanhandava (SP), a Diana (Destilaria de Álcool Nova Avanhandava), e por fim temos a atuação do Grupo Clealco detentora das unidades em Clementina (SP) e Penápolis (SP). Em conjunto temos em operação 7 empresas canavieiras, distribuídas territorialmente em 6 municípios do recorte em estudo. (Mapa 2).

Ademais, podemos frisar que das 7 empresas canavieiras em operação no EDR de Araçatuba-SP, 3 estão ligadas a grupos de capital internacional, revelando a territorialização de empresas estrangeiras interessadas na compra/aquisição ou consorciamento com Grupos Familiares locais que até recentemente detinham exclusivamente o controle acionário (Quadro 1).

Unidade Canaveira	Município	Implantação	Grupo Controlador	Nacionalidade	Aquisição Monopolística
Clealco	Clementina (SP)	1983	Grupo Clealco	Brasileiro	-
Clealco	Penápolis (SP)	1978	Grupo Clealco	Brasileiro	2013
Raízen- Filial Destivale	Araçatuba (SP)	1981	Raízen S/A	Anglo-holandês/ Brasileiro	2005
Unialco S/A	Guararapes (SP)	1980	Glencore	Suíço	2016
Renuka- Revati	Brejo Alegre (SP)	2008	Shree Renuka Sugars	Indiano	2008
Figueira- Unidade Alcoazul	Araçatuba (SP)	1981	Aralco	Brasileiro	2006
Diana	Avanhandava (SP)	1981	Grupo Diana	Brasileiro	-

Fonte: UDOP, 2017. Elaboração: Cardoso, 2017.

O que se constata no (Quadro 1), é que a maioria das empresas canavieiras do EDR de Araçatuba tiveram sua implantação, a partir do início da década 1980, resultado da política

de subsídios do Proálcool estimulado pelo Estado brasileiro.⁵ Pode-se observar ainda, a presença de grupos sob controle acionário do capital nacional como o: Clealco que detém 2 unidades em atividade na região, e que em 2013 adquiriu a agroindústria canavieira Campestre no município de Penápolis-SP. Além disso, outros grupos sob controle acionário do capital nacional são fortes em suas operações na região, como: o Grupo Aralco e Diana.

Como (OLIVEIRA, 2012, p. 8) nos lembra “o setor sucroenergético até a década de 1990 era predominantemente ocupado por empresas de origens familiares nacionais”. Todavia, a territorialização do capital internacional no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba já se faz presente e intensifica-se neste último decênio, pelo (Quadro 1), podemos notar a presença e atuação do capital internacional na aquisição de unidades agroprocessadoras e terras na região, estes grupos internacionais são: a Raízen S/A, o Grupo Renuka do Brasil e a Glencore.

A Raízen S/A, é uma *joint venture* criada em 2011, a partir da união de parte dos negócios da anglo-holandesa Shell e da brasileira Cosan. Nesta aliança, as unidades da Cosan responsáveis pelas atividades de produção de açúcar e etanol e cogeração de energia elétrica foram integradas à nova empresa. A Raízen assumiu também as operações de distribuição e comercialização de combustíveis da Shell no Brasil, tornando-se a licenciada da marca no país. No recorte territorial em estudo, a Cosan adquiriu o controle acionário na compra da Unidade Destivale em 2005, e a partir de 2011 formada a *joint venture*, a unidade adquire a denominação Raízen-Unidade Destivale em Araçatuba-SP.

Já o Grupo Renuka do Brasil, inicia suas atividades no EDR de Araçatuba, a partir de 2008 com a construção da Unidade Revati em Brejo Alegre-SP, em 2010 o grupo Renuka do Brasil passa ser controlado majoritariamente pela indiana Shree Renuka Sugars. O grupo Renuka do Brasil está entre os 10 maiores grupos do agrohidronegócio canavieiro no Brasil, e tem uma estrutura amplamente verticalizada, controlando não só todos os processos industriais, mas também todos os agrícolas, tais como o plantio, cultivo, colheita e transporte da cana. E, por fim, a *trading de commodities* suíça Glencore, assume em dezembro de 2016 o controle acionário da unidade Unialco S/A Álcool e Açúcar, sediada em Guararapes-SP. O

⁵ Na década de 1970, a partir de 1975 é criado pelo governo federal o Proálcool (Programa Nacional do Álcool), que tinha como “um dos objetivos”, declarados pela Ditadura Militar, à época, aumentar a produção de álcool combustível em virtude das crises petrolíferas em escala mundial que vinham afetando gravemente o balanço de pagamentos, notemos bem que dissemos “um dos objetivos”; pois como sinaliza Thomaz Junior (1992), o Proálcool, acima de qualquer suspeita antes de representar uma alternativa energética; foi à saída econômica que o Estado, mais uma vez bancou para o setor num patamar não comparável até então, através de financiamentos subsidiados, facilidades creditícias; às expensas da produção de alimentos da cesta básica.

valor divulgado da compra gira em torno R\$ 350 milhões de reais, para assumir esta unidade que estava em processo de recuperação judicial, sendo que o processo já está homologado e aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).⁶

Assim sendo, a formação das empresas monopolistas mundiais, vem permitindo o controle monopolista da produção das *commodities* do campo. Estas empresas monopolistas mundiais têm nas multinacionais suas bases formadoras, ou seja, nasceram pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais através das filiais, fusões, associações, aquisições, franquias, etc. Essas empresas monopolistas mundiais, portanto, formaram-se a partir das empresas estrangeiras ou nacionais que retendo o controle monopolista da produção chegaram ao patamar mundial associando-se majoritariamente com as empresas nacionais concorrentes (OLIVEIRA, 2016).

Dessa forma, como afirma Oliveira (2016), parte do setor está sendo mundializado sob controle do capital mundial, isto quer dizer que os usineiros nacionais estão aliando-se ao capital mundial. Assim, está ocorrendo a aliança de classe burguesa estrangeira com a brasileira. Ou seja, o que estamos vivenciando é um processo de aliança de classe da burguesia capitalista em nível mundial. Como indica Chesnais (1996), o processo de mundialização do capital integrou em escala mundial o conjunto dos negócios e das atividades, criando as empresas mundiais. Dessa forma, a agricultura sob o sistema mundializado do capital estrutura-se através da produção de *commodities*, bolsas de mercadorias e de futuro e monopólios mundiais.

Como assevera Oliveira (2012), a mundialização atua na agricultura através dos processos de territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios. O primeiro processo atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. Já o processo de monopolização dos territórios é desenvolvido pelas empresas de comercialização e de processamento industrial, que sem produzir no campo, podem controlar fazendeiros capitalistas e camponeses através de mecanismos de subordinação.

Essa participação e/ou controle de capital estrangeiro na produção canavieira tem sido determinante na reestruturação produtiva, técnica e do trabalho no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba promovendo assim, a reorganização territorial da produção e do trabalho e impactando severamente os milhares de trabalhadores migrantes e locais

⁶ Cf. Notícia vinculada pelo Jornal Digital NovaCana.com- 19/12/2016. disponível em: <https://www.novacana.com/n/industria/investimento/vencer-leilao-glencore-control-e-usina-guararapes-unialco-191216>. Acesso em: 06. mai. 2018.

empregados neste setor. Em outras palavras, a reestruturação produtiva proporcionou transformações no processo de produção técnica, isso não significa que os problemas para os trabalhadores tenham acabado, pelo contrário, temos a convivência das modernas tecnologias de produção, ao lado do uso da força de trabalho atrelada a expedientes regressivos de trabalho.

Na realidade, temos observado que o constante processo de reorganização territorial, incorporação de unidades e constante processo de territorialização do monopólio canavieiro, somados à intensificação da mecanização agrícola (plantio e colheita), e da terceirização do trabalho têm provocado mudanças expressivas e, conseqüentemente, transformado os problemas, gerando novas dificuldades até então pouco conhecidas. Como por exemplo, os problemas indicados e atribuídos à intensificação da colheita mecanizada, tais como: aumento de ocorrências com ataques de animais peçonhentos, intensificação no consumo de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes), mudanças na organização do trabalho, doenças ocupacionais, contaminação ambiental, desemprego, descarte), sinalizados durante as entrevistas realizadas durante os Trabalhos de Campo.

Nesse sentido, a pesquisa tem nos permitido entender que o processo de reestruturação produtiva no âmbito do agrohidronegócio canavieiro tem provocado inúmeras transformações em sua esfera produtiva, entre as quais se destaca a fusão e incorporação de unidades por parte dos grandes grupos, que apostam na territorialização dos monopólios. Este reordenamento, por si só, acarreta conseqüências expressivas para a sociedade e, principalmente, no mundo do trabalho, com destaque para o desemprego, e transformações no ambiente de trabalho provocadas por esse processo, especialmente pela inserção da máquina na colheita e plantio da cana-de-açúcar. Neste contexto, a tecnologia vem sendo crescentemente utilizada como mecanismo de garantir maior produtividade do trabalho. No entanto, se atentarmos para a tecnologia, enquanto relação social, é possível constataremos os determinantes do processo de inovação tecnológica vinculados à lógica do capital, ou seja, às tecnologias e às inovações subordinam-se à lógica da concorrência sendo impulsionada pela exploração com o objetivo de elevar a taxa de mais-valia e o controle do processo de trabalho. Como ressalta Thomaz Júnior (2002, p. 135):

[...] o “progresso técnico”, ou melhor, o “progresso técnico-científico” (“progresso” das técnicas capitalistas de produção como um dos elementos de dominação do capital sobre o trabalho, ou mais, especificamente, a explicitação da subsunção real do trabalho no capital como alternativa para o desenvolvimento das relações capitalistas) representa, antes de mais nada, um “progresso” do processo de valorização do capital no intuito intensificar a extração de mais valor.

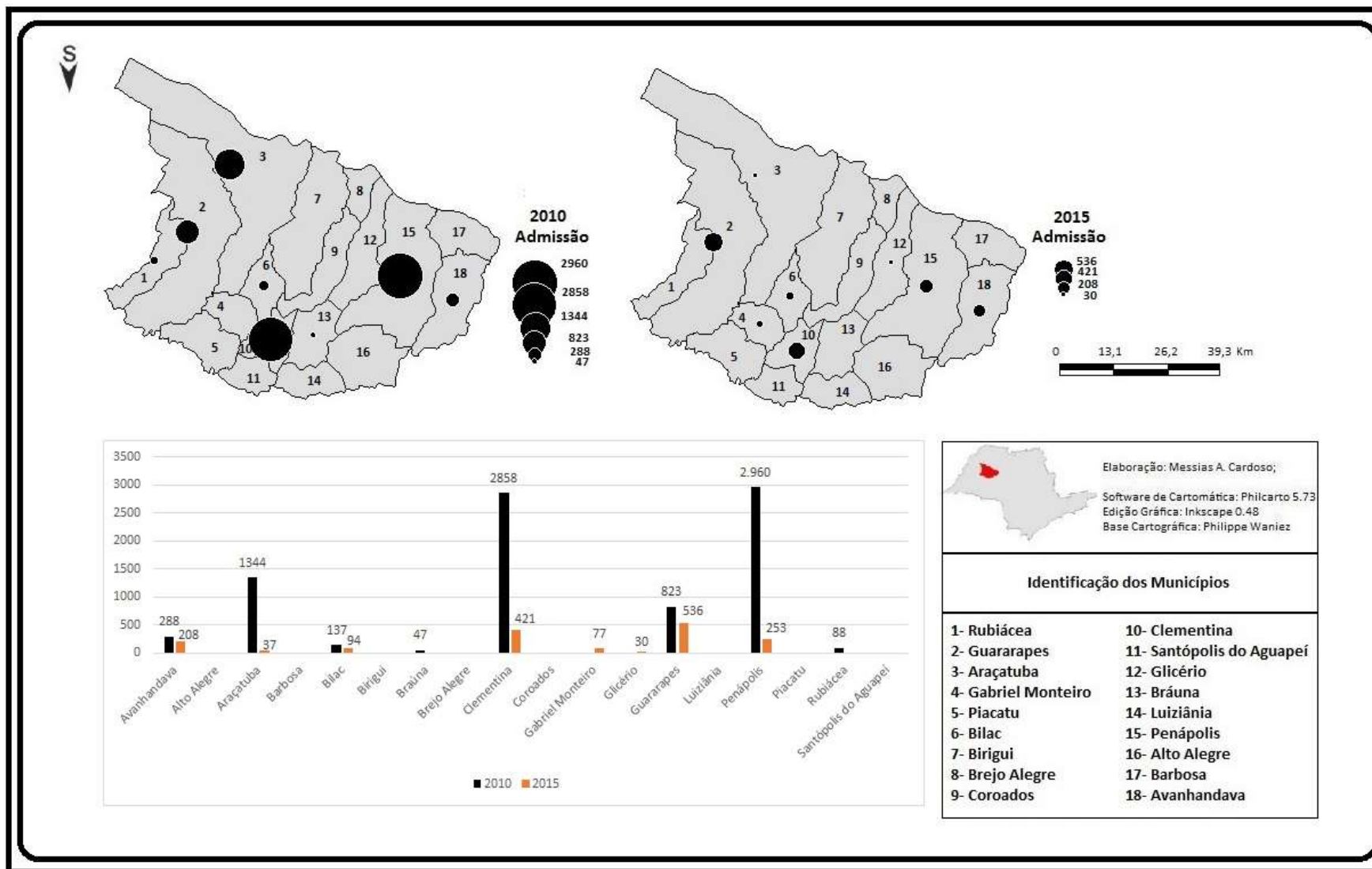
Assim, a tecnologia em si não está contra o trabalho, ou contra o trabalhador, mas, sim, ela está a favor do capital. Pois, a decisão pela tecnologia é extremamente importante para o capitalista, como observa Marx (1985), a máquina só é lucrativa para o capital na medida em que aumenta relativamente o tempo de trabalho excedente dos operários ocupados na máquina, não enquanto o reduz, somente na medida em que aquela máquina aumenta a proporção entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário. Nas palavras de Marx (1985, p. 362).

Quando se trata de produzir mais valia tornando excedente trabalho necessário, não basta que o capital se aposse do processo de trabalho na situação em que se encontra ou que lhe foi historicamente transmitida, limitando-se a prolongar sua duração. É mister que se transformem as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, que muda o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho e reduzir-se a parte do dia de trabalho necessária para reproduzir esse valor.

O capital tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho necessário, para criar sobretrabalho, ou seja, a ampliação da produtividade do trabalho não libera o trabalhador do trabalho, mas amplia o trabalho excedente para o capital. Dessa forma, podemos entender que a organização do trabalho se tornou, nas últimas décadas, uma das principais formas de controlar a força de trabalho para induzir ao aumento da sua produtividade, se procura enfatizar a importância da racionalização do trabalho, buscando padronizar ao máximo os tempos e movimentos do trabalhador, evitando, assim, as “porosidades da jornada de trabalho” e, conseqüentemente, a perda de capital.

Nesse bojo, o agrohidronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba amparado sob uma nova divisão técnica e territorial do trabalho, visivelmente manifesta na substituição de homens por máquinas, vem consolidando a incorporação de novos atores sociais, “novos profissionais” no processo produtivo, como os operadores de máquinas colheitadeiras, ao mesmo tempo, que efetua uma profunda reorganização das atividades executadas pelos trabalhadores manuais, sobretudo no que diz ao enxugamento destes postos de trabalho, reduzindo assim o número de trabalhadores migrantes trazidos a região. Na (Prancha 1), detalhamos a dinâmica territorial da retração intensa dos trabalhadores na cultura de cana-de-açúcar.

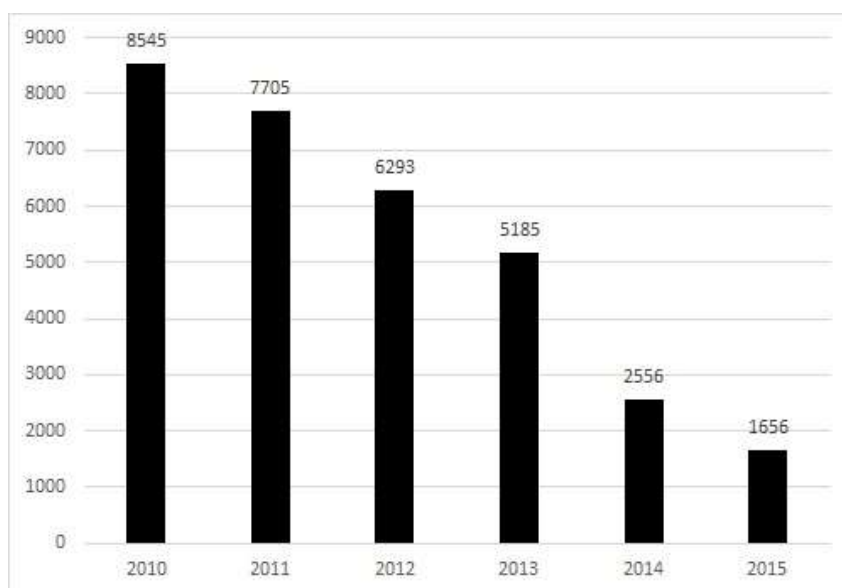
Prancha 1- Dinâmica Territorial da Admissão de Trabalhadores na Cultura de Cana-de-Açúcar no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Podemos fazer a seguinte leitura territorial da (Prancha 1), que está baseada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002) no nível desagregado das ocupações, dos quais os dados quantitativos foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), na qual se destaca a forte retração do número de Admissões de Trabalhadores na Cultura de cana-de-açúcar no EDR de Araçatuba no período 2010/2015, acrescentemos ainda o (Gráfico 1) que corrobora a interpretação da (Prancha 1).

Gráfico 1- Admissões de Trabalhadores na Cultura de Cana-de-Açúcar no EDR de Araçatuba-SP 2010/2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – RAIS.

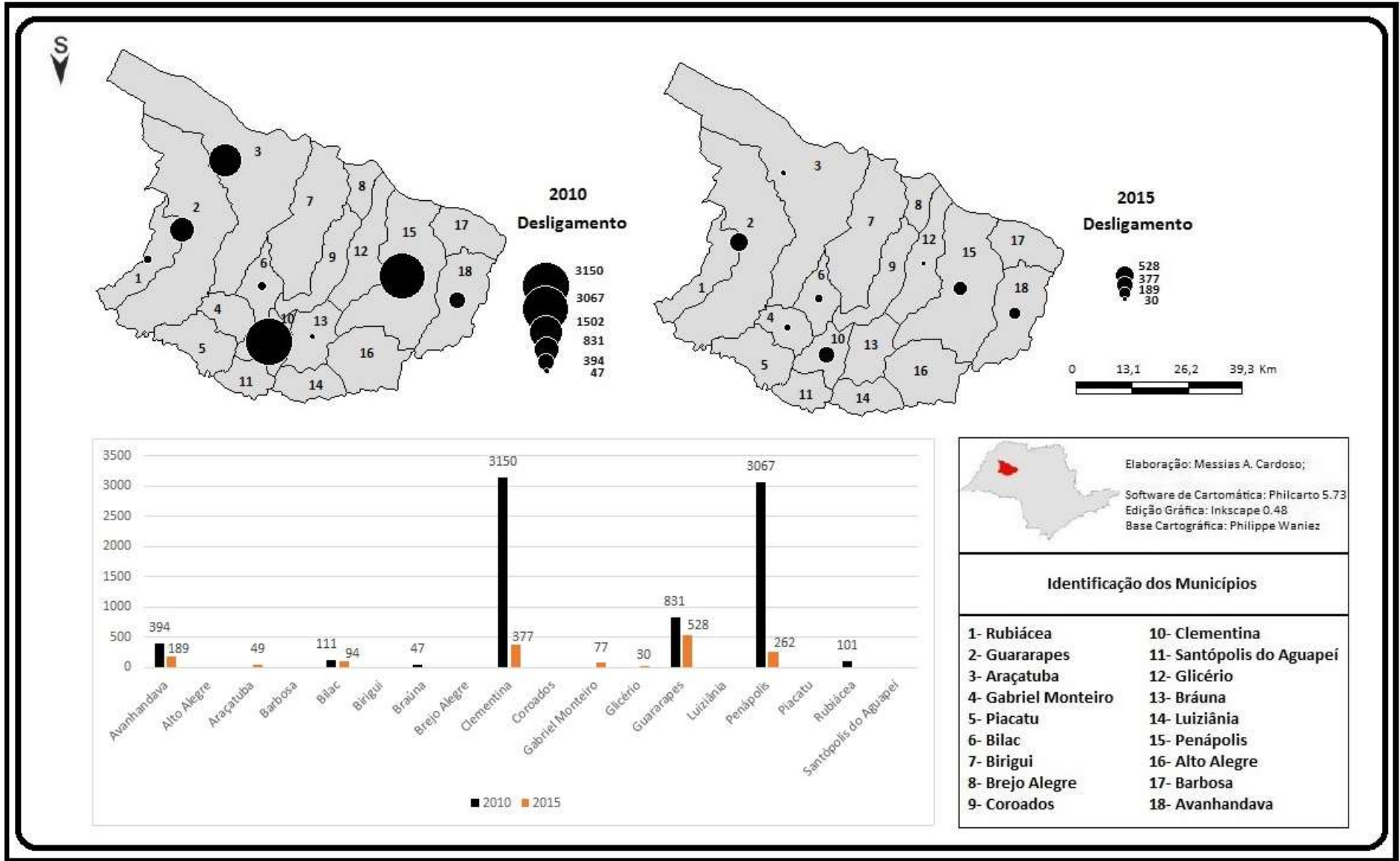
Em nível de detalhamento em 2010 tivemos a admissão de 8.545 trabalhadores na cultura de cana-de-açúcar, entretanto em 2015 o número de empregados nesta ocupação despencou para somente 1.656 trabalhadores, ou seja, houve uma brutal redução de postos de trabalho na monta de 6.889 empregos. O que contabiliza uma retração das admissões na cultura de cana-de-açúcar do recorte em estudo na ordem de 406%. Nota-se, ainda, que territorialmente a força de trabalho na cultura da cana-de-açúcar no EDR de Araçatuba está concentrada fundamentalmente em alguns municípios como: Araçatuba, Avanhandava, Clementina, Guararapes e Penápolis, onde se localizam as sedes das empresas canavieiras em atividade no EDR.

Na (Prancha 2), temos a complementação das informações da (Prancha 1), e nela podemos observar, o ritmo dos desligamentos dos trabalhadores na cultura de cana-de-

açúcar entre 2010/2015, fica claramente demonstrado, pois que houve um profundo enxugamento da geração de emprego ao nível da ocupação de trabalhadores na cultura de cana-de-açúcar, sobretudo no que diz respeito aos cortadores de cana-de-açúcar manuais que estão contemplados nesta classificação da (CBO 2002). Ou seja, essas mudanças do mercado de trabalho formal no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba são consequências cabais da atual reestruturação produtiva do capital, pela qual este setor vem passando neste período, com a introdução de tecnologias, principalmente mecanizando o processo de corte. (OLIVEIRA, 2009; THOMAZ JÚNIOR, 2009; BARRETO, 2012; CARDOSO, 2016).

Ademais através da (Prancha 2), percebe-se que os empregos gerados pelo agrohidronegócio canavieiro são essencialmente vínculos temporários (safristas) que ao final da safra a grande maioria dos trabalhadores na cultura de cana-de-açúcar são desligados do setor. Nestes termos, a instabilidade do emprego gerado pelo agrohidronegócio canavieiro é uma das funestas marcas deste circuito produtivo. Pois, a lógica empregada não é a da valorização do trabalhador, de sua satisfação e seu reconhecimento. Ao contrário, a lógica em questão é da competitividade, da flexibilidade, da busca de maior produtividade com o menor número de trabalhadores, ou melhor, da redução do montante de salários, seguidas de aumento a produção, impondo aos trabalhadores que permanecem ritmos de trabalho alucinantes, promovendo assim, a intensificação do trabalho como forma de expansão de sua acumulação ampliada.

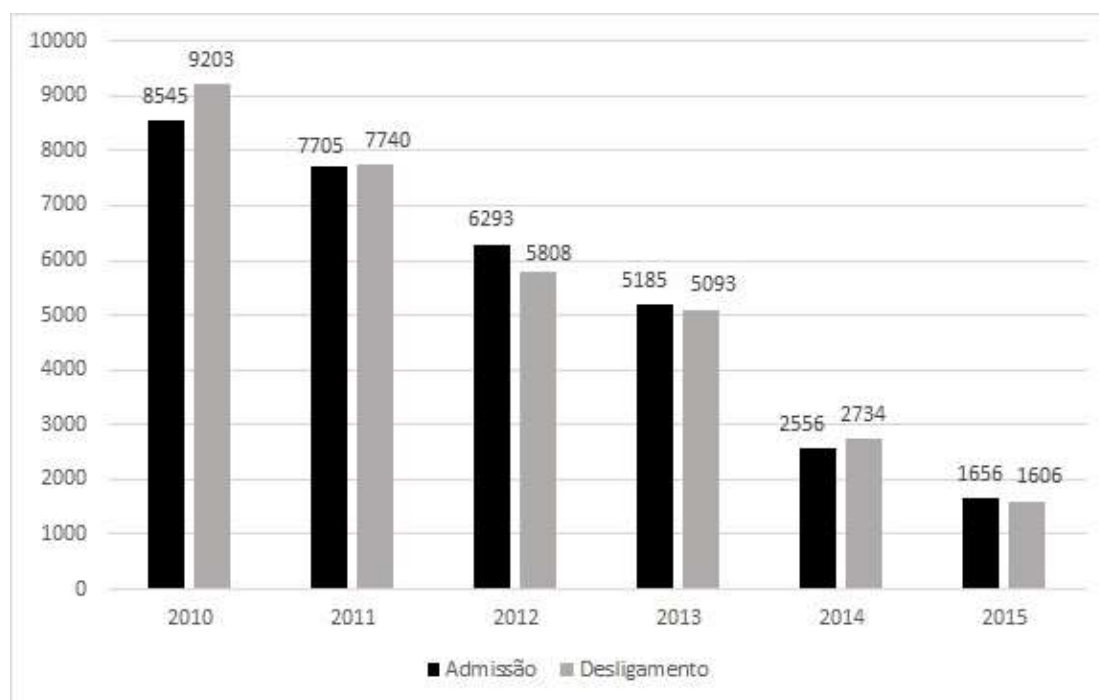
Prancha 2- Dinâmica Territorial dos Desligamentos de Trabalhadores na Cultura de Cana-de-Açúcar no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Com efeito, fica cabalmente demonstrada que a dinâmica do mercado de trabalho no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba não vem correspondendo ao seu discurso vinculado de promotor do desenvolvimento regional mediante geração de empregos, isso que não estamos ainda, questionando as condições e formas degradantes de emprego que são geradas. Através do (Gráfico 2), podemos observar o vigor do enxugamento dos postos de trabalho formais no agrohidronegócio canavieiro, o que reforça novamente a tese que estamos defendendo, de que está em operação uma intensa reestruturação produtiva do capital que se ramifica por diversas atividades, e que tem desempregado centenas de trabalhadores e relegado aos trabalhadores que permanecem a intensificação do trabalho para se manterem empregados.

Gráfico 2- Comparação de Admitidos e Desligados na Cultura de Cana-de-Açúcar no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – RAIS.

Em síntese, a análise comparativa proposta pelo (Gráfico 2) consubstancia nossa afirmação de que a reestruturação produtiva deste setor, alicerçada na mecanização do corte tem provocado uma retração dos postos de trabalho, fundamentalmente para os cortadores manuais de cana-de-açúcar. Ao longo da pesquisa nas visitas a campo, cotejamos

informações empíricas concretas de um grande número de trabalhadores locais e migrantes desempregados.

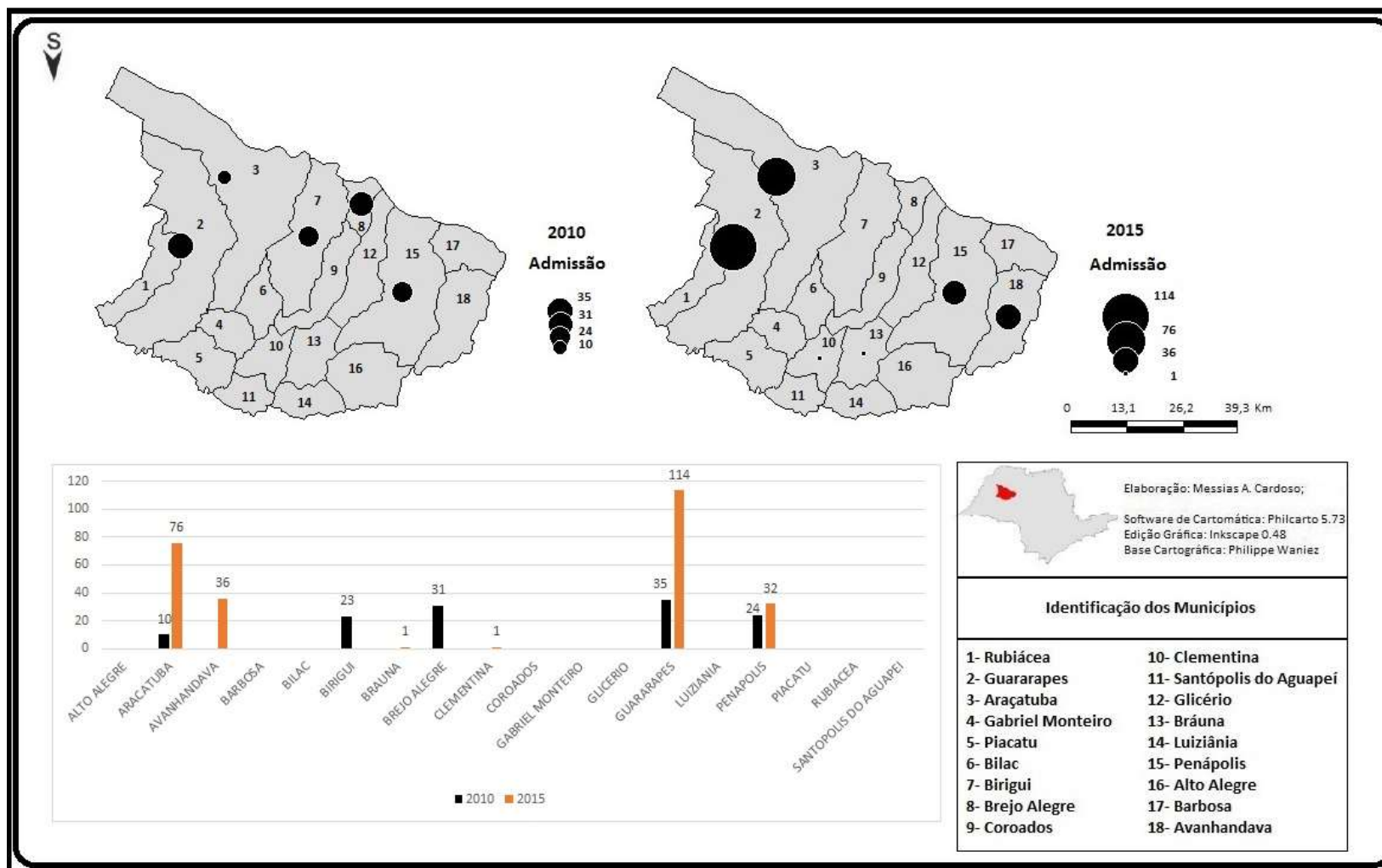
Neste contexto, constatamos a redução do fluxo de mobilidade territorial do trabalho, o número de trabalhadores migrantes empregados nos canaviais do EDR de Araçatuba apresentou significativa redução, embora os sujeitos migrantes que permanecem empregados para o corte nos relataram que a imposição de metas e intensificação do trabalho, têm como mote a equiparação ao desempenho das máquinas colheitadeiras, ou o trabalhador é produtivo e, nesse caso se “adapta” a imposição, ou então está fora, desligado da próxima safra.

Deste modo, a mecanização do corte e sua lógica de produtividade incessante da máquina são imputadas aos trabalhadores, ou seja, a máquina passa a determinar o ritmo não só de trabalho dos cortadores, como também do percentual de cana existente direcionado ao corte manual, e que os força, inclusive realizarem a colheita da cana na palha, o que impele um esforço físico e uma sujeição ainda maior destes.

Além de ditar o ritmo de trabalho, a máquina com a supervisão de alguns operadores pode executar o trabalho que, antes, necessitava de dezenas de braços e mãos para ser feito. A grande maioria dos cortadores manuais de cana-de-açúcar substituídos pela reestruturação produtiva do agrohidronegócio canavieiro passam a engrossar as fileiras do desemprego estrutural, ou pior, muitos estão descartados do processo social, tendo em vista que estão sendo demitidos de modo adoecidos, vítimas deste processo de extenuante intensificação do trabalho no agrohidronegócio canavieiro, como deteremos adiante análise.

Embora, o discurso das empresas canavieiras seja o da qualificação profissional, da oferta de empregos na mecanização agrícola estimulando a disputa por uma vaga de operador de colheitadeira entre os trabalhadores, a realidade vivenciada está distante do engodo deste discurso, mediante a (Prancha 3) podemos ressaltar que a dinâmica territorial do mercado de trabalho dos operadores de colheitadeira no EDR em estudo apesar de sua expansão no período 2010/2015, restringe-se a um número limitado de trabalhadores.

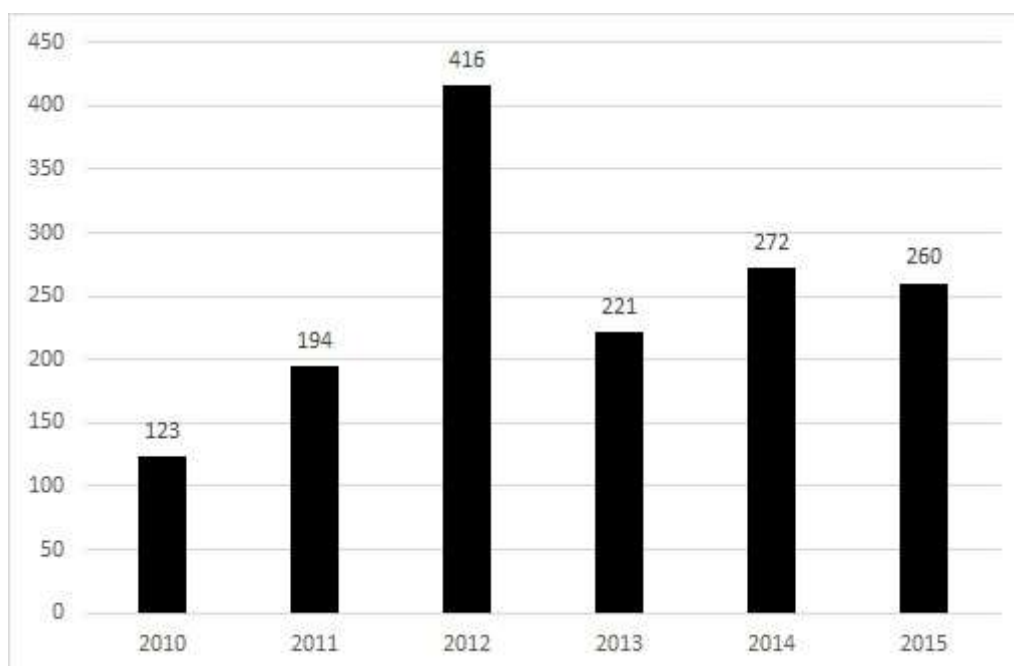
Prancha 3- Dinâmica Territorial da Admissão de Operador de Colheitadeira no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

A interpretação da (Prancha 3), baseada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002) no nível desagregado das ocupações, dos quais os dados quantitativos foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), destaca o crescimento do número de Admissões de Operadores de Colheitadeira no EDR de Araçatuba no período 2010/2015, acrescentamos para pormenorização dessa interpretação o (Gráfico 3).

Gráfico 3- Admissões de Operadores de Colheitadeira no EDR de Araçatuba-SP 2010/2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – RAIS.

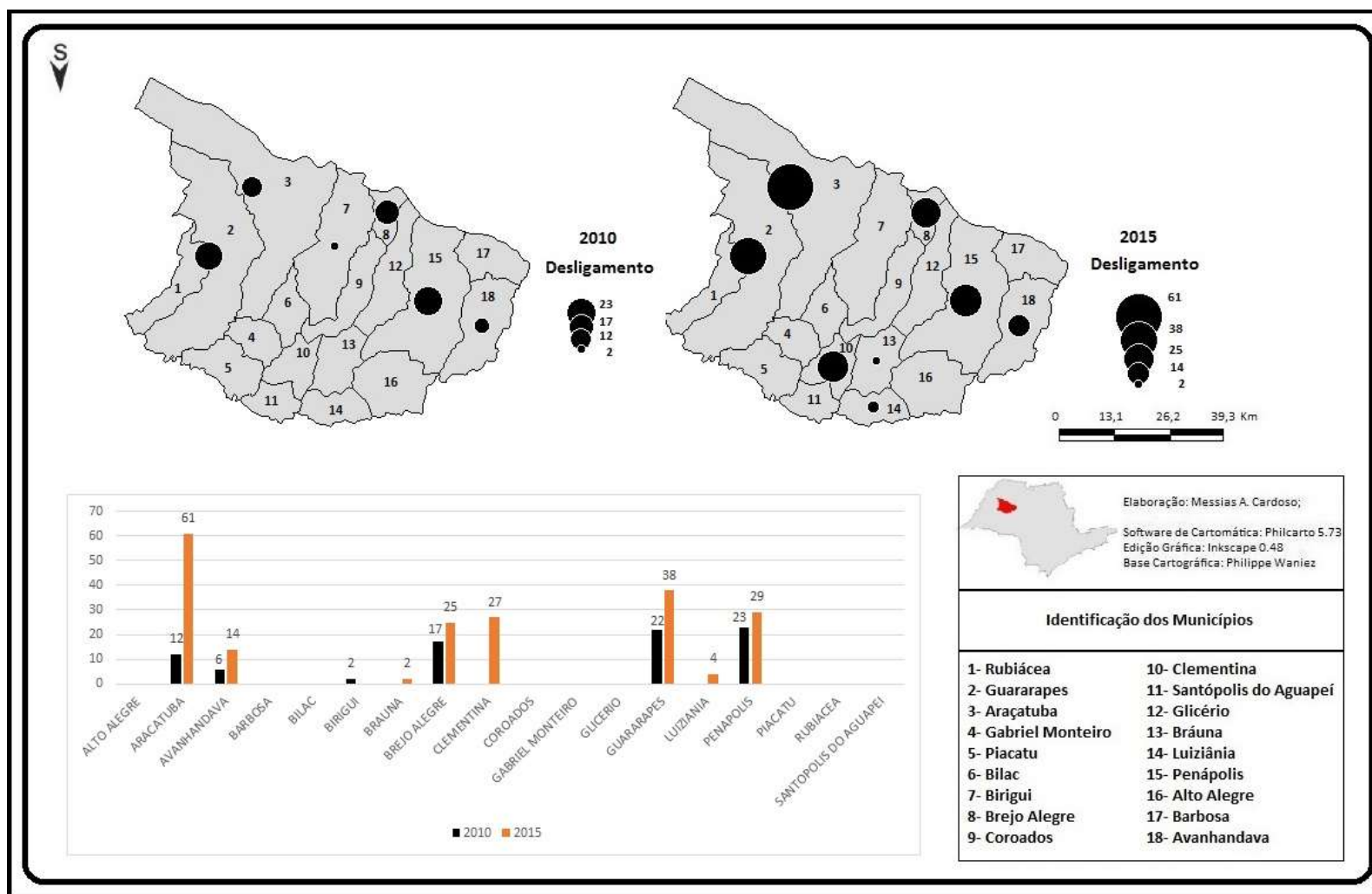
Para fins de detalhamento em 2010 tínhamos um contingente de admissão de 123 operadores de colheitadeiras, ao passo que em 2015, o número de empregados nesta ocupação saltou para 260 operadores admitidos, ou seja, analisando o gráfico, podemos entender que houve um expressivo crescimento do número de operadores no recorte em estudo na ordem de 111%. Entretanto, como demonstrado o potencial de admissões desta ocupação encontra-se limitado, não podendo ser considerada como supridora do déficit de empregos causada pela mecanização do corte de cana-de-açúcar que como vimos anteriormente reduziu 6889 trabalhadores de 2010 para 2015. A qualificação profissional assim, aventada pelo setor é um mero discurso falacioso, que visa cooptar a população regional em prol da reificação da geração de emprego e desenvolvimento regional,

conseguindo assim, manter abertas as torneiras dos investimentos e financiamentos públicos do Estado brasileiro para o setor. Note-se ainda, na (Prancha 3) que territorialmente a força de trabalho dos operadores de máquinas colheitadeiras no EDR de Araçatuba, também se encontra concentrada fundamentalmente em alguns municípios como: Araçatuba, Avanhandava, Guararapes e Penápolis, novamente municípios onde se localizam as sedes das empresas canavieiras mais tecnificadas em atividade no EDR.

Na (Prancha 4), temos a complementação das informações da (Prancha 3), nela podemos observar, o ritmo dos desligamentos dos operadores de colheitadeiras entre 2010/2015, fica claramente demonstrado por estes produtos cartográficos que está em operação uma crescente tendência a mecanização da colheita de cana-de-açúcar no recorte territorial em análise. Porém, não se sustentam os argumentos do “agro”, de que vem havendo um processo de qualificação dos sujeitos empregados no setor, que estão sendo preparados para ingresso em funções modernas e qualificadas. Na verdade, o que realmente estamos presenciando é um restrito crescimento do número de operadores no período 2010/2015 que não tende a abranger as centenas de homens e mulheres atingidos pelo desemprego decorrente da reestruturação produtiva, técnica e do trabalho no agrohídronegócio canavieiro.

Ademais através da (Prancha 4), observa-se que os empregos gerados pelo agrohídronegócio canavieiro no conjunto dos operadores de colheitadeira são essencialmente vínculos temporários que ao final da safra a grande maioria destes operadores são desligados do setor. Assim, aqueles que estão dentro do processo produtivo devem estar sempre aumentando a quantidade de valor produzida na sua jornada de trabalho para que, aqueles que compõem o exército industrial de reserva, não os substituam, dessa maneira, a lógica do capital força os trabalhadores no “agro” a intensificarem o seu ritmo de trabalho.

Prancha 4- Dinâmica Territorial dos Desligamentos de Operadores de Colheitadeira no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015

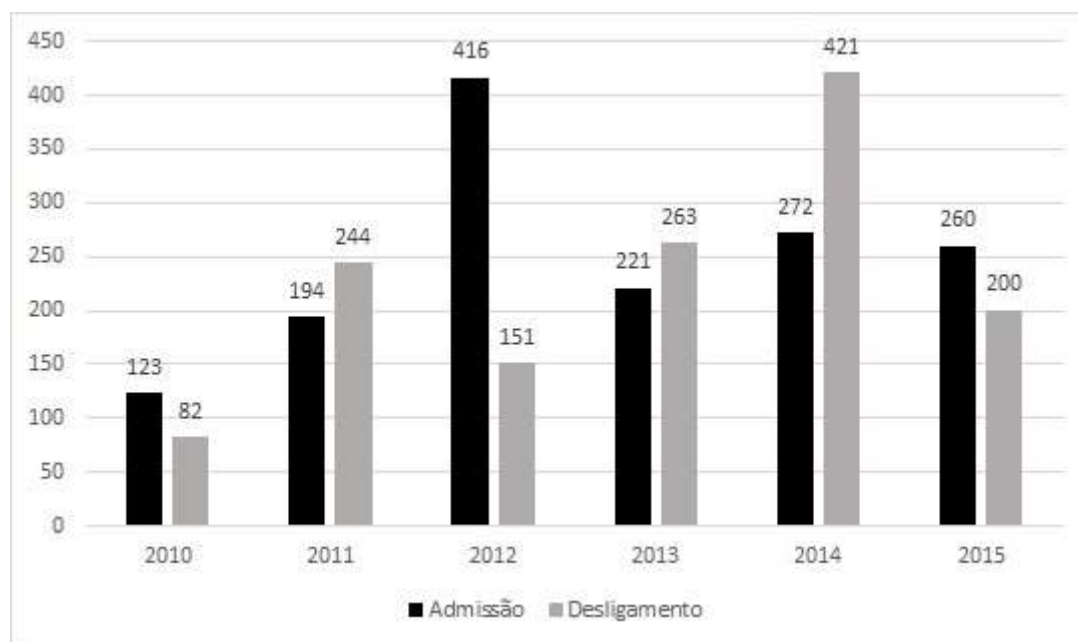


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Cabe aqui enfatizar, que o trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torne-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas (MARX, 1985).

Com efeito, fica demonstrado no (Gráfico 4) comparativo da dinâmica do mercado de trabalho entre admissões e desligamentos no tocante a ocupação de operador de colheitadeira no EDR de Araçatuba, o caráter instável desta ocupação, marcado pelo alto número de desligamentos no período 2010/2015.

Gráfico 4- Comparação de Admitidos e Desligados na Ocupação de Operador de Colheitadeira no EDR de Araçatuba-SP- 2010/2015



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – RAIS.

A instabilidade, o elevado número de trabalhadores desempregados com a reestruturação produtiva, técnica e do trabalho, têm se configurado como fatores de pressionamento dos operadores de colheitadeiras a atingirem cada vez mais, as exacerbadas metas de produtividade requeridas das frentes de corte mecanizado pelas empresas canavieiras. Mediante entrevistas realizadas com operadores na colheita mecanizada, estes nos relatam que a permanência no emprego, está atrelada ao suportar e atingir os patamares

de produtividade impostos; quebras de máquinas não são toleradas nessas frentes de corte mecanizado, como uma mesma máquina colhedora chega a operar em 3 turnos diários, quebrá-la é inclusive impossibilitar os demais colegas de atingirem as metas estipuladas, por isso, a grande sacada do agrohidronegócio canavieiro nessa reestruturação produtiva é colocar o trabalhador contra trabalhador, o autocontrole de si e do companheiro de trabalho, ou seja, a lógica do capital opera a captura da subjetiva destes sujeitos que não mais se entendem como antagonistas frente as empresas canavieiras, mas sim, como entes “colaboradores”.

Acrescenta-se que, ao contrário dos apologistas do agrohidronegócio que afirmam, que a mecanização do corte de cana-de-açúcar resolveu todos os problemas deste setor, é preciso que nos atentemos para o fato de que a utilização das máquinas colheitadeiras não significa assim, a humanização do trabalho, tendo em vista que é nas jornadas de trabalho noturnas, que ocorrem mais acidentes relacionados ao corte mecanizado, isso se dá pelo caráter flexível da jornada de trabalho desses trabalhadores, que além de não terem o domingo, enquanto dia de descanso, ainda são obrigados a trabalhar no período noturno, com mudanças constantes nos horários de trabalho, sob a perspectiva do rodízio realizado.

Isto posto, podemos concordar com Reis (2012), de que o uso hegemônico das ferramentas de gestão da administração da produção, está assentada na concepção de que a criação do valor está relacionada com fatores diferentes do trabalho dos homens e que se baseiam em análises sistemáticas, e não sistêmicas, do processo produtivo. Esse modo de pensar a gestão e o próprio sistema produtivo tem o único objetivo de aumentar as taxas de lucro das empresas. Os diversos processos de "modernização" que se abatem periodicamente sobre estas em resposta aos avanços sindicais e à necessidade de adequação competitiva por meio da diminuição dos custos de produção visam sempre a valorização do capital, através do aumento de produtividade do trabalho mediante intensificação do trabalho.

Assim, as mudanças técnico-organizacionais quantitativas e qualitativas da relação entre matéria-prima, máquinas, equipamentos e instalações por trabalhador no processo produtivo, se pelo lado das empresas executam o aumento da extração de trabalho não pago, logo aumento da rentabilidade econômica, para os trabalhadores significam o oposto, este processo intensifica o trabalho, logo degrada sistematicamente à saúde do trabalhador e sua capacidade vital ao longo do tempo.

Eis que um conceito chave dessa reflexão é o de intensidade do trabalho, podemos entendê-la pelas sinalizações de Cardoso (2013), como a magnitude do esforço físico,

psíquico e mental dos trabalhadores, em vistas as exigências dos postos de trabalho, durante o tempo de trabalho. Nestes termos, há um investimento sempre crescente em tecnologias e novas formas de organização e gestão do trabalho que resultam no aumento da intensidade do tempo de trabalho. Como afirma oportunamente Reis (2012, p. 38-39).

A dificuldade de distinção entre produtividade e intensidade do trabalho acontece porque, geralmente, o aumento da produtividade através de investimentos em inovações tecnológicas e organizacionais modifica o processo de trabalho, podendo, inclusive, eliminar alguns postos de trabalho e atividades que exigem grande esforço físico, o que dá a impressão de que não houve intensificação do trabalho, ou, até, que o trabalho se tornou menos desgastante. Esta afirmação poderia ser verdadeira se a jornada de trabalho diminuísse a partir do momento em que o trabalho cientificamente organizado permitisse aumento da produtividade, sem, necessariamente, exigir aumento da produção. Acontece que o trabalho, ao ser racionalizado sem que haja diminuição na jornada, demanda mais energia do trabalhador, pois o aumento da produtividade alcançado exige uma maior intensidade do ritmo de trabalho ampliando assim a carga de trabalho dispendida pelo mesmo trabalhador.

De fato, a reestruturação produtiva, e seus desdobramentos técnicos no agrohidronegócio canavieiro do EDR de Araçatuba têm como objetivo a valorização do capital, sendo a intensificação do trabalho sua consequência direta, e uma das formas existentes de expansão da mais-valia. Mas dentro desta relação existe uma confusão recorrente: a intensificação do trabalho é vista apenas como o aumento de produtividade, subestimando, assim, as consequências nefastas que esse processo tem acarretado aos trabalhadores. Pois, o aumento de produtividade é sempre aumento de produtividade do trabalho, ou seja, significa que o trabalho cria mais valor dentro de um mesmo período de tempo, configurando-se assim a intensificação do trabalho. Marx (1985, p.748) já nos alertava que:

[...] todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados às custas do trabalhador individual, todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo do seu trabalho transformado em tormento; tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho na medida em que a este se incorpora a ciência como força independente, desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital.

Isto posto, podemos fundamentar nossa defesa cabal de que os ganhos em produtividade a partir reestruturação produtiva no seio do agrohidronegócio canavieiro no EDR em estudo estão indissociavelmente vinculados a intensificação sistêmica do trabalho. Alguns elementos podem ser arrolados para estruturação desta assertiva, impõe-se pensar as

seguintes constatações demonstradas: como mostraremos adiante, a área de produção de cana-de-açúcar cresce, a produção em toneladas de cana apesar de leve retração no período 2010/2015 mantém-se elevada, mas, o número de trabalhadores empregados no agrohidronegócio canavieiro diminui vertiginosamente como exposto, como isso é possível?

Fica latente que cada vez é maior a carga de trabalho realizada por um número inversamente, cada vez menor de trabalhadores. Só a título de detalhe quando confrontados os dados oficiais de produção de cana-de-açúcar em (t) 2010/2015 extraídos do IBGE-Produção Agrícola Municipal e das informações obtidas em campo nas unidades canavieiras sob os percentuais de cana-de-açúcar destinados ao corte mecanizado e manual, com os números de admissões de trabalhadores na cultura de cana-de-açúcar (manuais) e tratoristas e operadores de colheitadeiras (mecanizados) 2010/2015 disponível na (RAIS) (Tabela 1).

Tabela 1- Intensificação do Trabalho no Agrohidronegócio Canavieiro do EDR de Araçatuba-SP 2010/2015

Intensidade do Corte Manual	2010	2015
Quantidade de Cana-de-Açúcar Colhida Manualmente (t)	16.117.587	3.309.039
Percentual de Cana-de-Açúcar Colhida Manualmente (%)	70%	25%
Admissões de Trabalhadores na Cultura de Cana-de-Açúcar	8.545	1.656
Produtividade t/trabalhador	1.886,20	1.998,21
Intensidade do Corte Mecanizado	2010	2015
Quantidade de Cana-de-Açúcar Colhida Mecanicamente (t)	6.907.537	9.927.120
Percentual de Cana-de-Açúcar Colhida Mecanicamente (%)	30%	75%
Admissões de Trabalhadores em Atividades Mecanizadas ⁷	1.365	1.067
Produtividade t/trabalhador	5.060,46	9.303,76

Fonte: IBGE/ RAIS/ TRABALHO DE CAMPO. Elaboração: CARDOSO, 2017.

Por fim, podemos afirmar através da (Tabela 1) que o aumento da produtividade do trabalho, se dá à custa da dupla intensificação do ato laborativo, tanto no sentido de aumentar o ritmo da produção, como no sentido de suprir a retração da força de trabalho dos seus pares desempregados neste processo e também com o prolongamento da jornada de trabalho. A magnitude da elevação da intensidade do trabalho atingiu de modo degradante tanto os trabalhadores manuais quanto os trabalhadores em atividades mecanizadas. Os dados para os trabalhadores manuais apresentaram a elevação da produtividade do trabalho

⁷ Estamos considerando para este cálculo os trabalhadores mecanizados: Tratoristas Agrícolas e Operadores de Colheitadeiras- CBO-2002.

em 112 t/trabalhador no comparativo temporal 2010/2015, o que representa um crescimento percentual de 5,6% da produtividade t/trabalhador. No tocante, aos trabalhadores em atividades mecanizadas, temos a constatação de que não se tratam de atividades prazerosas e de fácil execução como corriqueiramente se imaginam, obtivemos para o período 2010/2015 o absurdo crescimento da produtividade do trabalho com o aumento de 4.243,3 t/trabalhador, representando em termos percentuais elevação de 45,6% da produtividade do trabalho.

Portanto, evidencia-se que a reestruturação produtiva do capital no “agro” vem agindo no sentido de aumentar o controle do processo produtivo, ou seja, diminuindo, assim, as porosidades do trabalho, efetuando a intensificação do trabalho visando a obtenção de mais valor extraído em forma de trabalho não pago. Estabelece-se assim, uma contradição estrutural na qual a classe trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. No entanto, se uma população excedente é produto da acumulação do sistema do capital, por sua vez, ela se torna a alavanca da acumulação capitalista:

Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado.
(MARX, 1985, p.733-734).

Infer-se, portanto, que na medida em que o agrohídronegócio canavieiro aumenta o grau de intensificação do trabalho, este condena ao trabalho em excesso os trabalhadores da ativa, e ao coagir o aumento de produtividade do trabalho tornam grande parte da classe trabalhadora desempregada forçadamente, esse é o modelo de desenvolvimento que o capital advoga para o campo brasileiro, com direito a slogan do conglomerado midiático golpista: “o agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo”, ou seja, enquanto temos a acumulação de riqueza num polo, ao mesmo tempo se acumulam a miséria e degradação para a classe cujo produto do seu trabalho é de modo espúrio usurpado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o incentivo ao “agro” e seu alicamento pelo Estado brasileiro como solução de desenvolvimento territorial da economia, o setor vem se fortalecendo, procurando reorganizar a equação tecnologia x trabalho, gestando novas formas de gerir e controlar a força de trabalho empregada, visando fundamentalmente o aumento de produtividade à base da intensificação do trabalho, fato que vem sendo alcançado a largos passos. Todavia, o discurso dos apologistas do agrohídronegócio canavieiro, se posicionam no sentido de que o incremento na produtividade está sendo executado com a implantação dos sistemas técnicos, ou melhor, a tecnologia estaria executando as tarefas mais intensas deste processo de trabalho, sendo portando benéfico ao trabalhador.

A sustentação desta argumentação soa intrepidamente descabida, não se mantém a um mero exame de sua análise, portanto, podemos afirmar de modo cabal, com base em nossos resultados de pesquisa, nos trabalhos de campo, nas conversas com os diferentes sujeitos do trabalho, que não se trata de um deslocamento da centralidade do poder de produção do trabalho humano diante das técnicas, o que vem ocorrendo no plano da totalidade produtiva do agrohídronegócio canavieiro no EDR de Araçatuba é resultado de um processo de reestruturação produtiva, técnica e do trabalho, no qual os diferentes trabalhadores estão sendo coagidos mediante a introdução de novas tecnologias de produção a aceitarem patamares de produtividade cada vez mais degradantes, em outras palavras, o objetivo crucial da mecanização deste setor é a intensificação sistêmica do trabalho, a redução do tempo de trabalho necessário e o corresponde aumento do tempo de trabalho excedente, disponibilizando a sanha do capital quantidades sempre maiores de extração de trabalho não pago.

Constata-se que o impressionante crescimento da produtividade do trabalho sob o jugo da lógica do capital, não tem promovido melhorias concretas às condições de trabalho e vida dos trabalhadores, estes não vêm conseguindo à redução de suas jornadas de trabalho, ao contrário, são imputados a produzir cada vez mais em menos tempo. Como sabiamente afirmou Marx (1985, p. 607) “na sociedade capitalista, consegue-se tempo livre para uma classe, transformando a vida inteira das massas em tempo de trabalho”.

Ou seja, este aumento de produtividade somente interessa aos empresários do setor, que se abastecem e se fartam em abundância de trabalho alheio não pago. Aos verdadeiros executores, os reais “mártires” do aumento de produtividade do trabalho sob a vigência do

trabalho estranhado, lhes é oferecido ônus do esforço contínuo e repetido do trabalho estafante nos canaviais, lhes é imposto um ritmo de trabalho alucinante em ultrajante desacordo com as disposições físicas e psíquicas do ser humano. Pois, diante da sanha do capital, não existe limite, a produtividade do trabalho, essa pode se estender ilimitadamente, não importando quantos trabalhadores sejam mutilados, degradados, descartados ao longo deste processo, afinal à lógica do capital os sacrossantos fins do lucro justificam seus meios utilizados no processo de trabalho. Em contrapartida, aos trabalhadores os meios, a forma como vem se realizando o processo de trabalho no agrohidronegócio canavieiro vem decretando o seu fim, vem decretando em vida sua degradação programada e morte.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M. J. **Territorialização das Agroindústrias Canavieiras na Região do Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho**. 2012, 244 f, Dissertação (Mestrado em Geografia) FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2012.

CARDOSO, A. C. M. Organização e Intensificação do Tempo de Trabalho. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, nº 2, p. 351-374, ago. 2013.

CARDOSO, M. A. A Farsa da Liberdade Espacial do Trabalho no Agrohidronegócio Canavieiro do EDR de Araçatuba-SP. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.17, n. 2, p. 226-250, dez, 2016.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I Vol. I Tradução: Reginaldo Sant'anna. 10 ed. São Paulo: Difel, 1985.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I Vol. II Tradução: Reginaldo Sant'anna. 10 ed. São Paulo: Difel, 1985.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Crise estrutural necessita de mudança estrutural**. Conferência do II Encontro de São Lázaro. UFBA, 2011. Disponível em: <www2.fct.unesp.br/Thomaz/P%3s-GT-15/Bloco%20I/> acesso em: 15.out.2015.

MONTENEGRO GOMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: Narrativas Escalares Sobre Desenvolvimento Territorial Rural**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

OLIVEIRA, A. M. S. de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. Tese de Doutorado- UNESP, Presidente Prudente, 2009.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, Bogotá, 2012. v.1, p. 1-15.

_____. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016, 545p.

REIS, L. F. **Mecanização e intensificação do trabalho no corte de cana do CAI canavieiro do estado de São Paulo**. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) UFSCar, São Carlos, 2012.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana: (a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista)**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)** (Tese de Livre Docência- UNESP) Presidente Prudente, 2009.

_____. **Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio do Brasil**. Presidente Prudente, 2017. (Mimeo.)

Submetido em: novembro de 2018

Aceito em: fevereiro de 2019